



Escola de Administração Fazendária

Missão: Desenvolver pessoas para o aperfeiçoamento da gestão das finanças públicas e a promoção da cidadania.



Ministério do Planejamento,  
Orçamento e Gestão

CONCURSO PÚBLICO - 2013

Edital ESAF n. 48, de 6/6/2013

**Prova 2**

**Conhecimentos Específicos**

Cargo:

**Especialista em Políticas Públicas e  
Gestão Governamental**

**Instruções**

1. Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.

Nome: \_\_\_\_\_ N. de Inscrição: \_\_\_\_\_

2. O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS **não** poderá ser substituído, portanto, **não** o rasure nem o amasse.
3. Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra **legível**, para posterior exame grafológico:

**“Inspiração vem dos outros. Motivação vem de dentro de nós.”**

4. **DURAÇÃO DA PROVA: 4 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
5. Na prova há **70 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
6. No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta) fabricada em material transparente, toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
7. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
8. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
9. Durante a prova, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
10. Por motivo de segurança, somente durante os 30 (trinta) minutos que antecederem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem **8.34**, do edital regulador do concurso.
11. A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida 1 (uma) hora do início da prova. A não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso público.
12. Ao sair da sala, entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

## GESTÃO GOVERNAMENTAL

1 - A utilização do Processo Administrativo Digital (PAD) vem ao encontro do cumprimento de todos os seguintes objetivos, exceto:

- a) reduzir altos custos financeiros, operacionais e ambientais associados à impressão (impressoras, *toner*, papel), transporte, armazenamento (espaço físico) e recuperação de processos em papel.
- b) acabar com a morosidade na localização, manipulação, instrução e tramitação dos processos e documentos.
- c) possibilitar o acesso de documentos e processos por servidor individualmente, para garantir a segurança individual, de modo que, quando um servidor acessar o sistema, os demais serão automaticamente impedidos.
- d) acabar com as perdas, extrativos, furtos e destruições indevidas de processos e documentos.
- e) criar um mecanismo que auxilie os servidores em seu trabalho do dia-a-dia, fornecendo um sistema de fácil utilização e interface amigável.

2 - Assinale a opção correta acerca das Compras Públicas Sustentáveis.

- a) São uma solução para integrar considerações ambientais e sociais em todos os estágios do processo da compra e contratação dos agentes públicos (de governo) com o objetivo de reduzir impactos à saúde humana, ao meio ambiente e aos direitos humanos.
- b) Permitem o atendimento das necessidades específicas dos consumidores finais por meio da compra do produto que oferece o maior número de benefícios do ponto de vista do consumidor.
- c) São voltadas para o indivíduo em contraposição à sociedade.
- d) São equivalentes a “compras públicas ou privadas sustentáveis”, equivalentes a uma “ecoaquisição” (“compras verdes”). Diz-se ainda que Compras Públicas Sustentáveis são “compras ambientalmente amigáveis” ou “licitação negativa”, isto é exclusão de produtos considerados indesejados pelos gestor.
- e) São aquelas realizadas por um longo período de tempo por um Gestor para garantir a sobrevivência ou sustentabilidade de um Estado ou município ameaçado por questões ambientais.

3 - Foi estruturado um modelo gerencial, denominado Registro de Preços Nacional (RPN), que se baseia na hipótese de que o governo federal, valendo-se do conhecimento dos seus diversos órgãos e técnicos, é capaz de realizar apenas um único processo de compra para todo o país sem, todavia, precisar efetivar qualquer contrato, disponibilizando apenas o registro de preços, obtido por meio de pregão eletrônico. Assim, o processo de aquisição se torna menos burocrático e oneroso, e prima pelos princípios da legalidade, eficiência e economicidade. As afirmativas abaixo relacionadas se referem a vantagens do Registro de Preços Nacional (RPN), exceto:

- a) padronização e adequação dos materiais: garantia de compra de bens com especificações adequadas.
- b) assistência técnica aos estados e municípios: desoneração da necessidade de realização de processos licitatórios e oferta de produtos adequados e de qualidade.
- c) racionalidade processual: atendimento a todo o território nacional com um único procedimento licitatório.
- d) uniformidade na forma de aquisição dos bens.
- e) transparência e publicidade: uma grande compra gera o acompanhamento dos órgãos de controle e das empresas participantes.

4 - Criado em 12 de abril de 2007, o portal do Software Público Brasileiro (SPB) já conta com mais de 60 soluções voltadas para diversos setores. Os serviços disponíveis são acessados até por outros países, como Uruguai, Argentina, Portugal, Venezuela, Chile e Paraguai. Para a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), o portal já se consolidou como um ambiente de compartilhamento de softwares. As afirmativas abaixo são vantagens geradas pelo portal do Software Público Brasileiro (SPB), exceto:

- a) Economia dos Recursos.
- b) Compartilhamento do Conhecimento.
- c) Contato direto com o autor do software.
- d) Independência de Fornecedores.
- e) Segurança.

- 5 - O Portal da Transparência do Governo Federal é uma iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU), lançada em novembro de 2004, para assegurar a boa e correta aplicação dos recursos públicos. O objetivo é aumentar a transparência da gestão pública, permitindo que o cidadão acompanhe como o dinheiro público está sendo utilizado e ajude a fiscalizar. Assinale a opção correta.
- a) Todas as informações do Portal da Transparência são obtidas dos sistemas estruturadores e informatizados da Administração Pública Federal, como o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). De qualquer forma, mesmo órgãos e entidades que não utilizam o SIAFI também têm seus dados publicados no Portal.
  - b) O Portal da Transparência é uma iniciativa da CGU que apresenta os dados que estão sob a sua competência, responsável pelo controle sobre todo o governo federal (Poder Executivo, Poder Legislativo Federal e Poder Judiciário Federal).
  - c) Estão disponíveis no Portal os valores das transferências feitas pela União aos Estados e Municípios, assim como os dos convênios. Os dados relativos a receitas e despesas próprias de Estados e Municípios também estão contemplados no *site*.
  - d) Há informações sobre recursos públicos gerenciados pelo Governo Federal que o Portal da Transparência não pode divulgar, pois no Brasil existe legislação que regula o sigilo sobre determinados dados.
  - e) A Controladoria-Geral da União faz – a pedido do órgão de origem – uma classificação em relação ao sigilo de informações publicadas no Portal da Transparência. Essa informação – se um dado é sigiloso ou não – cabe ao próprio órgão gestor dos recursos, do qual provêm as informações que alimentam o Portal, destacar quais as informações que gostaria de considerar como sigilosas. Feita a identificação, a CGU faz a classificação do grau de sigilo da informação. Contudo, apesar de não serem detalhadas no Portal, as ações classificadas como sigilosas são todas passíveis de fiscalização pelos órgãos de controle, inclusive pela própria CGU para averiguar se há razoabilidade no pedido e na classificação feita pela CGU.
- 6 - No Portal da Transparência, pode-se encontrar um volume considerável de dados, informações e séries históricas. Acerca das informações e dados disponíveis no Portal, as afirmações são corretas, exceto:
- a) informações sobre Transferências de Recursos, para estados, municípios, pessoas jurídicas, e feitas ao exterior, ou diretamente a pessoas físicas. Estão disponíveis dados de todos os recursos federais transferidos da União para estados, municípios e Distrito Federal. Pode-se consultar, por exemplo, quanto foi repassado pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) do Ministério da Educação para qualquer município do País ou mesmo quem são os beneficiários do Bolsa Família, quanto receberam e em que meses (recursos federais transferidos diretamente ao cidadão).
  - b) informações sobre Gastos Diretos do Governo Federal: contratação de obras, serviços e compras governamentais, que podem ser vistas por órgão, por ação governamental ou por favorecidos (empresas privadas ou pessoas físicas). No entanto, não detalha as diárias pagas e os gastos feitos em cartões de pagamento do Governo Federal por questão de sigilo e por serem consideradas de segurança nacional.
  - c) informações diárias sobre a execução orçamentária e financeira com dados detalhados e diariamente atualizados sobre os atos praticados pelas unidades gestoras do Poder Executivo Federal no decorrer da execução das suas despesas. O cidadão poderá saber quanto e com o que está sendo comprometido o recurso do orçamento. É possível, inclusive, conhecer a fase em que a despesa se encontra: empenho, liquidação e pagamento.
  - d) informações sobre Receitas previstas, lançadas e realizadas pelo Governo Federal, organizadas por Órgão e por categoria das Receitas, e atualizadas diariamente.
  - e) informações sobre Convênios registrados no SIAFI e no Sistema de Convênios (SICONV) firmados nos últimos anos, com descrição sucinta do objeto, datas e valores envolvidos, desde 1º de janeiro de 1996.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

- 7 - Por que a iniciativa do Registro de Preços Nacional (RPN) pode ser considerada uma inovação em gestão? Assinale a opção correta.
- A execução do modelo gerencial abordado se dá mediante a congregação exclusiva de instituições públicas.
  - O governo federal centraliza a compra, a aquisição e a entrega do material, ou seja, emprega sua capacidade técnica e imenso poder de compra para adquirir o melhor produto.
  - A implementação do controle de qualidade focada apenas na fase de produção garante a oferta de produtos com mais durabilidade e que atendem de maneira mais completa às demandas dos alunos e escolas.
  - O Registro de Preços Nacional (RPN) foi o primeiro sistema de compras nacionais utilizado pelo governo federal.
  - O modelo traduz os conceitos de compras sustentáveis, ou seja, o governo usa seu poder de compra para apoiar objetivos sociais, econômicos e ambientais mais amplos, de maneira a oferecer benefícios reais de longo prazo.
- 8 - Na Gestão de Suprimentos e Logística na Administração Pública, as decisões de posicionamento logístico e desenho de rede são decisões centrais no desenho de uma política pública, pois materializam as opções básicas para a estruturação da produção e distribuição de um bem ou serviço ofertado no âmbito da política pública. Algumas opções básicas estruturadoras demandam respostas em termos das principais funções logísticas. As opções abaixo estão corretas como opções estruturadoras, exceto:
- coordenação de fluxo de produtos.
  - política de ritmo de produção.
  - política de alocação de estoques de mercadorias.
  - política de alocação de estoques de serviços.
  - política de transporte.
- 9 - As decisões logísticas em políticas públicas normalmente envolvem a escolha entre alternativas combinando distintas possibilidades de custo. Não é uma opção aceitável para o decisor:
- custo *versus* qualidade.
  - custos *versus* velocidade.
  - velocidade *versus* qualidade.
  - nível de serviços *versus* externalidades negativas.
  - aumento dos custos *versus* redução de externalidades positivas.
- 10- Avanços conceituais e instrumentais do modelo de planejamento advindo do PPA 2000-2003 tornaram-no importante peça para a implementação da gestão por resultados na Administração Pública Federal, pelos seguintes motivos, exceto:
- a instituição do programa como unidade de gestão.
  - elaboração do PPA integrado ao orçamento e se utiliza de indicadores de resultados.
  - a instituição de Comitês e Comissões para gerenciamento de cada programa e ação tomada.
  - princípio de gerenciamento dos programas.
  - a orientação estratégica do plano.
- 11- O modelo de gerenciamento do Plano Plurianual 2000-2003 já pressupunha a responsabilização para alcance dos resultados. A indicação de um agente responsável permitiria, também, o exercício da matricialidade do plano, pois, a despeito da estrutura hierárquica organizacional, o gerente poderia atuar no sentido de articular os meios para o enfrentamento dos problemas dos quais derivavam os programas, transpassando a fronteira da organização à qual pertencia funcionalmente. As avaliações anuais do Plano Plurianual 2000-2003 apontaram, ao longo desse período, entraves ao gerenciamento dos programas, entre os quais se destacam os fatores abaixo, exceto:
- fraca articulação entre os gerentes e a estrutura formal.
  - a retomada do planejamento governamental no Brasil e a possibilidade de cada ministério aderir ao planejamento de programas ou não.
  - escassez de meios (recursos humanos, financeiros, logísticos, informações, etc.) diante das responsabilidades dos gerentes.
  - acesso restrito dos gerentes aos canais de decisão e negociação.
  - pouca cooperação institucional para a superação de restrições.

12- Falhas na Coordenação Governamental podem explicar parcela considerável da fragmentação das Políticas Públicas. Assinale, entre as opções abaixo, a que não pode ser considerada falha de Coordenação.

- a) Impossibilidade de liderança executiva presidencial, abarcar todas as funções do cargo de presidente (líder político, dirigente máximo da Presidência da República e 'gerente geral') e ter de delegar a coordenação a um superministro que não consegue coordenar adequadamente todos os programas.
- b) A coordenação delegada pode colocar 'vieses' no momento da coordenação de acordo com visão pragmática, visão conservadora ou visão microorganizacional.
- c) Abundância de informação gerando uma paralisia do processo decisório.
- d) Falhas das instâncias colegiadas de coordenação em buscar a convergência.
- e) Falhas na coordenação intraministerial em função dos perfis do Ministro que definem o padrão de liderança e coordenação entre as diversas secretarias, mas o tipo de atenção e foco.

13- O modelo de gestão do PPA 2004-2007 levou em conta a análise das avaliações do PPA 2000-2003, tanto dos resultados da avaliação do plano quanto das avaliações anuais. O conjunto de recomendações expresso nas avaliações, associado à experiência das equipes técnicas do Ministério do Planejamento e dos órgãos setoriais, permitiu que, tão logo entregue ao Congresso Nacional o Projeto de Lei do Plano Plurianual, em 31 de agosto de 2003, fosse elaborada proposta de novo modelo de gestão do plano. O objetivo do modelo de gestão do PPA 2004-2007 era

- a) reafirmar os princípios da gestão pública orientada para o controle burocrático.
- b) permitir a centralização dos programas públicos na União, por intermédio do governo Federal.
- c) propiciar mecanismos para a tomada de decisões estratégicas e operacionais.
- d) manter o banco de dados público estabilizado para que seja melhor utilizado com as informações existentes, impedindo a entrada de informações externas de outros bancos de dados, sem controle de qualidade e gerando uma falta de confiabilidade das informações geradas, ainda que haja perda de atualização de informações.

e) permitir que a gestão dos programas seja destacada dos processos formais de cada organização.

14- A Lei n. 12.593, de 18/01/2012, instituiu o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015. O art. 4º da Lei n. 12.593, de 18/01/2012, que trata das diretrizes e orientações gerais do Plano, estabelece que o PPA 2012- 2015 terá como princípios e diretrizes, entre outras, as afirmativas abaixo, exceto:

- a) a garantia dos direitos humanos com redução das desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais e de gênero.
- b) a ampliação da participação social.
- c) a excelência na gestão para garantir o provimento de bens e serviços à sociedade.
- d) a valorização da diversidade cultural e da identidade nacional.
- e) o aumento dos gastos públicos.

15- O modelo orçamentário brasileiro é definido na Constituição Federal de 1988 do Brasil. Compõe-se de três instrumentos: o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA, conforme informa o art. 165:

*Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:*

- I - o plano plurianual;*
- II - as diretrizes orçamentárias;*
- III - os orçamentos anuais.*

Acerca do Planejamento no Brasil após a Constituição de 1988, assinale a opção correta.

- a) O PPA, com vigência de quatro anos, tem como função enunciar as políticas públicas e respectivas prioridades para o exercício seguinte.
- b) Cabe à LDO estabelecer as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública.
- c) A LOA, ao identificar no PPA as ações que receberão prioridade no exercício seguinte, torna-se o elo entre o PPA, que funciona como um plano de médio prazo do governo.
- d) A LOA é a lei orçamentária da União que estima receitas e fixa as despesas para um exercício financeiro. De um lado, permite avaliar as fontes de recursos públicos no universo dos contribuintes e, de outro, quem são os beneficiários desses recursos.
- e) A LDO tem como principais objetivos estimar a receita e fixar a programação das despesas para o exercício financeiro.

16-A Lei Orçamentária Anual (LOA) da União está mencionada e detalhada na Constituição Federal no art. 165. Estipula o § 5º do artigo 165 da Constituição de 1988 que a Lei Orçamentária Anual compreenderá:

- a) o orçamento fiscal referente aos Poderes da União.
- b) os fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, excluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- c) o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha ações, independente de possuir maioria do capital social com direito a voto.
- d) o orçamento da seguridade social, não abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta.
- e) os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público não são passíveis de inclusão na LOA.

17-No Brasil, segundo a Constituição Federal, art. 173, inciso XIX, as empresas governamentais são pessoas jurídicas de direito privado, instituídas pelo Estado mediante autorização legislativa específica, para, em nome do Estado, explorar diretamente uma atividade econômica relacionada com a execução de políticas públicas e integram a administração indireta, vinculando-se ao órgão da administração direta responsável pela sua área de atividade e sujeitas à supervisão da administração direta. Quanto às Empresas Estatais, as afirmativas abaixo estão corretas, exceto:

- a) a inclusão de seus investimentos é justificada na medida em que tais aplicações contam com o apoio do orçamento fiscal e até mesmo da seguridade que fornecem os recursos ou com o apoio do Tesouro que concede aval para as operações de financiamento, ou com "lucros e excedentes" de aplicações de recursos públicos.
- b) por uma questão de racionalidade, transparência e evitar a dupla contagem, não se incluem neste orçamento as programações de estatais cujos trabalhos integrem os orçamentos fiscal e da seguridade social.
- c) as despesas de custeio das empresas estatais vinculadas ao Executivo terão seus orçamentos organizados e acompanhados com a participação do MPO.
- d) os orçamentos das Empresas Estatais são apreciados pelo Legislativo junto com a LOA.
- e) as empresas estatais compreendem as empresas públicas, as sociedades de economia mista, as subsidiárias e suas controladas.

18-O Plano Plurianual (PPA) é peça de mais alta hierarquia entre a tríade orçamentária, embora esta seja somente constituída de leis ordinárias. Esse é o modelo disposto na Constituição, que determina em seu art. 165, § 7º, que os orçamentos devem ser compatibilizados com o Plano Plurianual. A fim de fortalecer o PPA ainda mais, além do gerente de programa, foi criada a figura do coordenador de ação do Plano Plurianual. Assim, em vez de um agente, tanto para o gerente como para o coordenador de ação, há uma unidade administrativa cujo titular é o responsável pelos resultados de cada programa ou pela obtenção do produto expresso em cada ação. Ou seja, os ministros, em ato próprio, identificam na estrutura regimental a unidade administrativa cujo titular deverá ser o gerente ou o coordenador de ação. Dessa forma, é possível a associação entre as atribuições funcionais e gerenciais dos programas, uma vez que a identificação é feita com base na correspondência entre a competência institucional da unidade e o objetivo do programa ou a finalidade da ação, conferindo maior capacidade de ação aos responsáveis por programas do plano. Com esse mecanismo de responsabilização funcional, associada aos resultados dos programas e produtos das ações, é possível promover a convergência da arquitetura governamental (organizações e recursos alocados) para os resultados previstos pelos programas. Para tanto, são requeridos ajustes na gestão das organizações, a fim de estabelecer os processos de trabalho que possam contribuir para a consecução dos resultados, de forma que, na agenda de prioridades da organização esteja presente sua contribuição para a geração desses resultados. A associação entre a estrutura funcional, a estrutura de programação e a instituição de um coordenador para cada ação do PPA acarretam fatores positivos. Assinale a opção que contém apenas afirmativas com exemplos de fatores positivos do PPA, ou seja, a opção correta.

- a) A associação das unidades administrativas com os objetivos dos programas e as finalidades das ações do plano; fornecimento aos gestores de uma visão estratégica; promoção da gestão dos programas multissetoriais; internalização dos conceitos de eficiência.
- b) Separação formal entre os objetivos setoriais e objetivos dos programas, para que não haja confusão entre eles.

- c) A quantificação dos insumos necessários à geração de cada produto expresso no plano torna-se desnecessária, prescindindo, portanto, da necessidade de se constituir centros de custo nas organizações, pelo fato de se passar a trabalhar com macroobjetivos e objetivos setoriais e não mais com objetivos específicos.
- d) Maior capacidade dos objetivos do PPA de serem realizados por meio da proteção da identificação do coordenador de ação de modo a impedir que esse coordenador ou o gerente de programa sejam pressionados por grupos de interesse e/ou lobby.
- e) Aprofundamento da comunicação entre os gestores e coordenadores para a adoção de algumas sobreposições e paralelismos nos processos de trabalho de uma mesma organização ou de organizações diferentes, as quais poderão ser feitas com base no conhecimento dos processos de trabalho associados a cada ciclo produtivo da ação, a fim de assegurar os resultados pretendidos, ainda que com redundância de ações.
- 19- O art. 5º da Lei n. 12.593, de 18/01/2012, estabelece a estrutura e organização do PPA. O PPA 2012-2015 reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental. De que forma o PPA 2012-2015 realiza essas tarefas? Assinale a opção correta.
- a) O PPA atua por meio de Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços à Sociedade.
- b) O PPA atua por meio do Programa Temático que expressa e orienta a ação governamental para a entrega de bens e serviços ao Estado.
- c) O PPA atua por intermédio do Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado: que expressa e orienta as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.
- d) O Programa de Gestão, parte integrante do PPA, é composto por Objetivos, Indicadores, Valor Global e Valor de Referência.
- e) Os programas destinados exclusivamente a operações especiais integram o PPA.
- 20- Apesar da intenção da Constituição de harmonizar os diversos instrumentos de planejamento, alguns autores citam algumas inconsistências entre eles (LOAS, LDO e PPA). Afirma-se haver falta de consonância, compatibilidade e integração entre o PPA, a LDO e a LOA. Entre as principais inconsistências, pode-se mencionar as abaixo, exceto:
- a) falta de coerência entre o que foi planejado no PPA e as metas físicas estabelecidas nas LDOs.
- b) execução orçamentária de programas do orçamento de investimento das estatais acima da dotação autorizada na LOA.
- c) programas prioritários que não foram executados.
- d) divergências entre as metas prioritárias estipuladas pelo Governo na LDO e as efetivamente registradas na LOA.
- e) a obrigatoriedade das Estatais, operando nas condições e segundo as exigências do mercado, de ter suas despesas e receitas operacionais integrando o orçamento público.
- 21- A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), oficialmente Lei Complementar n. 101, de 4/5/2000, é a lei brasileira que impõe o controle dos gastos de estados e municípios, condicionado à capacidade de arrecadação de tributos desses entes políticos. Tal medida foi justificada pelo costume, na política brasileira, de gestores promoverem obras de grande porte no final de seus mandatos, deixando a conta para seus sucessores. A LRF também promove a transparência dos gastos públicos. A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe os limites abaixo determinados, exceto:
- a) ação planejada e transparente.
- b) prevenção de riscos e correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.
- c) despesas basedas em expectativas de receitas futuras anunciadas pelo governo federal.
- d) cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas.
- e) obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

22- Acerca da interrelação entre a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e as demais leis orçamentárias (LOA, LDO etc), pode-se fazer as afirmativas abaixo, exceto:

- a) para a elaboração da LOA, nos termos do artigo 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o Poder Executivo deve, obrigatoriamente, observar se possui previsão no PPA e LDO, mantendo a compatibilidade entre as peças do planejamento.
- b) os indicadores das metas devem estar previstos na forma monetária para a realização de um exercício financeiro.
- c) a programação das dotações orçamentárias permite que se tenha um maior detalhamento das despesas previstas no processo de planejamento.
- d) a LRF exige um paralelismo entre o PPA, a LDO e a LOA, mas deixando cada uma delas independentes, de modo que, quando ocorre a aplicação de uma delas, a gestão dos recursos públicos certamente se torna mais independente, permitindo um diálogo entre as leis, ainda que sem nenhum vínculo entre elas.
- e) pode-se afirmar que o orçamento público correlaciona-se com a LRF, que guarda estreita relação com o planejamento.

23- A Lei Federal n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), trata dos procedimentos que, obrigatoriamente, devem ser adotados por órgãos municipais, estaduais e federais para garantir o acesso à informação sobre as ações públicas aos cidadãos. Segundo o texto, é direito de todos os brasileiros obter de forma clara, e por meio de linguagem clara, dados de interesse particular, coletivo ou geral sobre as ações realizadas pelas esferas públicas. Entre as informações que deverão ser divulgadas, independente de requerimento de algum cidadão, estão corretas as afirmativas abaixo, exceto:

- a) as pertinentes à administração do patrimônio público.
- b) instrumentos de acompanhamento e resultados dos programas e projetos finalizados, mas não projetos em andamento, suas metas e indicadores.
- c) a utilização de recursos públicos.
- d) edital de licitação.
- e) contratos administrativos.

24- Os procedimentos previstos na Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011) destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública. No entanto, o art. 23 da mesma Lei prevê algumas exceções da Lei de Acesso às Informações consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado. Nesse sentido, a Lei prevê, no art. 23, portanto, passíveis de classificação, as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam atingir as seguintes situações, exceto:

- a) pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional.
- b) pôr em risco a vida, a segurança e a saúde da população nas fronteiras nacionais e países com os quais tenhamos celebrados acordos ou tratados de segurança.
- c) prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicas das Forças Armadas.
- d) pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares.
- e) comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).



25- É por meio da Administração Pública que o Estado dispõe dos elementos necessários para implementar as prioridades do Governo. Assim, é de extrema relevância o estudo acerca das ações empreendidas pelo gestor da coisa pública, destacando especial atenção ao grau de aderência ao interesse público. O objetivo principal do controle interno é o de possuir ação preventiva antes que ações ilícitas, incorretas ou impróprias possam atentar contra os princípios expostos pela Constituição da República Federativa do Brasil. O controle interno se funda em razões de ordem administrativa, jurídica e mesmo política. Sem controle não há nem poderia haver, em termos realistas, responsabilidade pública. A responsabilidade pública depende de uma fiscalização eficaz dos atos do Estado. Neste contexto, o controle interno opera na organização compreendendo o planejamento e a orçamentação dos meios, a execução das atividades planejadas e a avaliação periódica da atuação. O controle é instrumento eficaz de gestão e não é novidade do ordenamento jurídico brasileiro. Assinale, entre as opções abaixo, a opção incorreta acerca do controle público.

- a) O Artigo 70 da Constituição Federal afirma que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta, indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Poder Judiciário, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.
  - b) O Artigo 71 da Constituição Federal afirma que o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, instrumento do Poder Legislativo.
  - c) O Artigo 74 da Constituição Federal afirma que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno.
  - d) O Artigo 76 da Lei n. 4.320/64 estabelece que o Poder Executivo exercerá os três tipos de controle da execução orçamentária: 1) legalidade dos atos que resultem arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações; 2) a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos; 3) o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.
  - e) A Lei n. 4.320/64 inovou ao consagrar os princípios de planejamento, do orçamento e do controle, estabelecendo novas técnicas orçamentárias para a eficácia dos gastos públicos.
- 26- As competências e as atribuições dos Tribunais de Contas foram ampliadas consideravelmente no que tange à abrangência e ao alcance dos poderes até então conferidos a tais instituições e estão definidas, em linhas gerais, no caso do Tribunal de Contas da União, nos Artigos 70 e 71 da Constituição Federal de 1988, cujas disposições se aplicam, também, no que couber aos Tribunais de Contas dos Estados, do Distrito Federal e aos Conselhos de Contas dos Municípios. Da análise dos referidos artigos, conclui-se que o exercício das atribuições e competências do Controle Externo Técnico visa garantir o estrito respeito aos princípios fundamentais da administração pública, quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, princípios esses traçados no Artigo 37 da mesma Constituição Federal. Os Tribunais de Contas, amparados por suas competências constitucionais, desempenham, entre outras, as seguintes atividades principais, assinale a opção correta.
- a) Auxiliam o Poder Judiciário em suas atribuições de efetuar o julgamento do agente titular de cada poder, emitindo parecer prévio recomendando a aprovação ou rejeição de suas contas.
  - b) Julgam, por intermédio de analistas de orçamento e finanças do Poder Executivo, as contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, e as contas daqueles que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário. Assim o fazem emitindo decisão reprovando ou aprovando, com ou sem ressalvas, as contas prestadas ou tomadas de tais responsáveis.
  - c) Procedem, por iniciativa própria ou por solicitação do Poder Judiciário, à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos poderes das respectivas esferas de governo e das demais entidades.
  - d) Apreciam, para fins de registro, mediante a emissão de acórdão, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, na administração direta e indireta, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

e) Da atribuição de julgador conferido aos Tribunais de Contas pelas atribuições do Poder Judiciário previstas no texto constitucional, resulta, em consequência, a competência sancionadora de imputar débito ou multa a cuja decisão a Constituição Federal em seu art. 71, § 3º, conferiu a eficácia de título executivo, que é aquele que goza de liquidez e certeza da decisão judicial.

27- No Brasil, o movimento recente de adoção de instrumentos de contratualização de resultados ganhou corpo em grande parte a partir do debate estabelecido pelo Plano Diretor da Reforma do Estado (1995) e pelo conjunto de legislações que se seguiram, como as iniciativas de criação dos modelos de Organizações Sociais (Lei n. 9.637/1998), de Agências Executivas (Lei n. 9.649/1998) e das Agências Regulatórias. Neste processo, especial destaque deve ser dado à Emenda Constitucional n. 19/1998, que, no parágrafo 8º do art. 37 por ela inserido, estabeleceu que a autonomia gerencial orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante o estabelecimento de contrato de gestão, instrumento que deverá definir metas de desempenho para o órgão ou entidade. Assinale a afirmação correta acerca da contratualização.

- a) Segundo a definição da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, contratualização é o procedimento de ajuste de condições específicas no relacionamento entre o Poder Público e seus órgãos e entidades de direito público e privado ou entre o Poder Público e entidades da sociedade civil, em que há a negociação e as expectativas de desempenho de cada parte, reunida em torno de uma carta de intenções contendo os objetivos declarados que levaram as partes a firmar um compromisso geral.
- b) A característica central dos contratos de gestão, termos de parceria e outros instrumentos do gênero é o pacto que se estabelece entre o Poder Público e a entidade signatária da pactuação de resultados, pois os contratos de gestão, termos de parceria e outros instrumentos do gênero são similares quanto às suas finalidades.
- c) Quando firmada dentro do próprio Poder Público (entre órgãos públicos ou entidades estatais), a contratualização visa ampliar a capacidade interna do governo de implantar políticas públicas setoriais, de forma a firmar contratos coordenados e sinérgicos com outras áreas fora de sua atuação original no setor público, como OSCIPs e ONGs.

d) Quando ocorre entre o Poder Público e terceiros (entes privados), a contratualização visa estabelecer uma relação de fomento e parceria entre Estado e sociedade civil, para a execução de atividades que, por sua essencialidade ou relevância para a coletividade, possam ser assumidas de forma compartilhada, observadas a eficácia, a eficiência e a efetividade da ação.

e) O processo de contratualização de desempenho é um importante mecanismo de apoio à centralização administrativa – o processo de negociação e estabelecimento de metas favorece o alinhamento da atividade centralizada com os objetivos prioritários de governo e o monitoramento e avaliação sistemáticos contribuem para o aperfeiçoamento da gestão e das relações entre as instâncias de formulação e implementação das políticas públicas de forma unitária por um órgão decisor.

28- O ambiente da administração pública se caracteriza por recursos escassos e problemas complexos, múltiplos atores públicos e privados, locais e centrais envolvidos no planejamento e execução de políticas públicas, e crescente demanda por participação cidadã. As instituições que exercem o controle dos gastos públicos necessitam encontrar novas formas de atuação para este ambiente complexo no qual se materializam as políticas e programas públicos. Um arranjo interorganizacional que se adequa ao tipo de ambiente acima referido é a organização em redes. As afirmativas abaixo acerca de redes estão corretas, exceto:

- a) redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação, valores e objetivos. Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico, suscetível de inovação, sem ameaças para seu equilíbrio.
- b) no contexto de descentralização e de nova forma de organização das políticas públicas, mais amplas, no qual a sociedade é a articuladora e comanda um conjunto híbrido de fluxos, redes e organizações em que se combinam e interpenetram elementos estatais e não estatais, nacionais, locais e globais, novas formas de atuação que propiciem efetividade na atuação podem ser buscadas também pelas instituições responsáveis pelo Controle Público, de modo que as políticas públicas sejam comandadas pela sociedade e dispensem a presença do Estado.

- c) as redes podem ser entendidas, também, como uma organização social estruturada em relações horizontalizadas e com ambiente animado por trocas internas e externas, permeado por iniciativas, criatividade, experimentações, colaboração e cooperação.
- d) as formas de organização em redes são caracterizadas por padrões recíprocos de comunicação e trocas.
- e) redes de políticas públicas são novas formas de governança política que refletem uma relação modificada entre Estado e sociedade [...] Redes de políticas públicas são mecanismos de mobilização de recursos políticos em situações em que a capacidade de tomada de decisão, de formulação e implementação de programas é amplamente distribuída ou dispersa entre atores públicos e privados.

29- A produção de bens e serviços para a implementação e operação de políticas públicas faz com que o Estado recorra a fornecedores, concessionários e organizações do terceiro setor em diferentes graus. As decisões sobre o nível de delegação da produção por parte do Estado podem ser tomadas em função das seguintes características da política de delegação, exceto:

- a) estrutura de remuneração pelos serviços a serem terceirizados.
- b) decisão de manutenção da propriedade dos ativos, da produção e dos serviços diretos e indiretos relacionado ao bem (ou serviços) por parte do Estado.
- c) determinações legais quanto à titularidade dos serviços.
- d) características dos recursos humanos.
- e) possibilidades e necessidades de controle e regulação pelo poder público dos serviços terceirizados.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

30- Existe uma ampla literatura sobre os princípios e processos da abordagem e do planejamento estratégico. Acerca do Planejamento Estratégico, pode-se fazer as afirmações abaixo, exceto:

- a) as organizações utilizam o Planejamento Estratégico para realizar seu próprio diagnóstico baseado na sua atuação histórica, destacando as conquistas passadas, proporcionando, assim, uma maior segurança do que fizeram de modo que possam repetir essas experiências no futuro, garantindo, dessa forma, sua sobrevivência.
- b) estratégia pode ser definida como sendo o caminho que a organização irá perseguir para efetivar a sua participação no ambiente e planejamento estratégico como sendo preliminarmente interessado nas relações entre a organização e o meio ambiente, suas implicações com os procedimentos operacionais.
- c) o planejamento estratégico pode ser entendido como uma metodologia gerencial que objetiva proporcionar aos tomadores de decisão uma estrutura que permita o exame do ambiente em que atua a organização.
- d) o planejamento é fundamentalmente compreendido como um exercício intelectual em que os processos estão concentrados na disponibilidade dos recursos como forma de antecipar o futuro.
- e) o planejamento estratégico pode ser entendido como uma condução disciplinada de esforços para produzir decisões e ações fundamentais para conduzir a organização aonde ela deseja chegar.

31- O Mapa Estratégico é considerado uma ferramenta que tem o intuito de fornecer um modelo para uma representação simples da organização das relações de causa e efeito entre os objetivos tanto das dimensões aprendizado/crescimento quanto de processos internos. Entre as afirmativas abaixo, assinale aquela que não apresenta princípios do Mapa Estratégico.

- a) A estratégia equilibra forças contraditórias.
- b) A estratégia baseia-se em proposição de valor diferenciada para os clientes.
- c) Cria-se valor por meio dos processos internos.
- d) A estratégia compõe-se de temas complementares e simultâneos e o alinhamento estratégico determina o valor dos ativos intangíveis.
- e) O mapa estratégico é viável e deve ser aplicado apenas no setor privado, pois o setor público e entidades sem fins lucrativos não trabalham com o conceito de lucro, ganhos ou valor diferenciado, devendo atender a todos igualmente.

32-A principal matéria-prima de um sistema de monitoramento de programas sociais são os dados operacionais dos programas, que vão permitir o estabelecimento de indicadores. As afirmativas abaixo acerca de indicadores estão corretas, exceto:

- a) um indicador consiste em um valor usado para medir e acompanhar a evolução de algum fenômeno ou os resultados de processos sociais.
- b) os dados precisam ser produzidos no próprio órgão público que gerencia o programa (internamente), em seus vários departamentos e secretarias, mas não podem ser produzidos externamente, por entidades privadas ou associações da sociedade civil, pois estas (instituições privadas) poderiam distorcer os resultados.
- c) o aumento ou diminuição dos valores encontrados nos indicadores permite verificar as mudanças ocorridas nos programas sociais.
- d) os indicadores de monitoramento podem ser agrupados nas seguintes classes: “estrutura” – valores relativos à execução físico-financeira, à infraestrutura, etc.; “processos” – valores relativos às etapas/relações que fazem parte da implementação do programa; “resultados” – valores relativos ao alcance de metas do programa.
- e) indicadores podem ser produzidos com base em resultados de pesquisas de avaliação. Contudo, isso só tem um sentido efetivo se a pesquisa for repetida, para comparar os indicadores no tempo, se tiverem comparabilidade com outros indicadores, produzidos a partir de outras bases de dados; ou ainda, se puderem ser interpretados à luz de algum objetivo que se queira alcançar. Indicadores de avaliação também expressam certas condições relativas a “estrutura”, a “processos” e a “resultados”, esta última categoria englobando os indicadores de “impactos” e “efeitos”, de acordo com as dimensões do estudo a partir do qual são produzidos.

33-O objetivo da Avaliação é melhorar as atividades dos programas em andamento e dar subsídios para o planejamento, a programação e a tomada de decisões futuras. Os estudos de avaliação podem ter como objeto as seguintes dimensões, exceto:

- a) efeitos: outros resultados do programa, sociais ou institucionais, esperados ou não, que acabam se produzindo em decorrência do programa.
- b) estudos sobre os pontos que favorecem ou dificultam os processos de implementação da política ou programa, aí incluídos seus desenhos, dimensões organizacionais e institucionais.
- c) desempenho (ou resultados em um sentido estrito, *outcomes*): que se refere aos “produtos” do programa, tais como definidos em suas metas.
- d) impacto: mudanças na situação dos beneficiários, provocadas diretamente pelo programa. As avaliações de impacto procuram, por meio de desenhos quase-experimentais, comparar dois grupos similares da população, medindo as diferenças observadas entre os dois grupos, decorrentes da exposição e da não-exposição a um programa.
- e) A avaliação costuma ser realizada por meio de estudos específicos que procuram analisar aspectos como relevância, eficiência, efetividade, resultados, impactos ou a sustentabilidade de programas e políticas, segundo as percepções, visão de mundo e valores dos criadores do programa.

34-Uma discussão importante do modelo de gestão por resultados refere-se aos indicadores utilizados para operacionalizar o modelo ou para permitir a sua avaliação. São características dos indicadores as afirmativas abaixo, exceto:

- a) factibilidade da obtenção: é imperativo que o indicador seja produzido não importa o custo de sua obtenção.
- b) relevância social: refere-se à pertinência de sua produção para “indicar” uma questão social de relevância contemporânea.
- c) sensibilidade: refere-se à capacidade do indicador de refletir as mudanças da dimensão social de interesse.
- d) especificidade: refere-se à sua capacidade de refletir alterações estritamente decorrentes das políticas públicas empreendidas.
- e) periodicidade e tempestividade: referindo-se à regularidade e à tempestividade com que os dados componentes podem ser obtidos para o cálculo do indicador, são de suma importância para viabilizar eventuais correções de rotas nas políticas públicas na periodicidade desejada e em tempo hábil.

35- Avaliar significa determinar a valia de algo, atribuir um valor (Ferreira, 1999) e outras línguas, incluindo o espanhol e o inglês, coincidem na associação de avaliação como atribuição de valor (Mokate, 2002; Garcia, 2001). No entanto, Ala-Harja e Helgason (2000) advertem, de início, que não existe consenso quanto ao que seja avaliação de políticas públicas, pois o conceito admite múltiplas definições, algumas delas contraditórias. As afirmativas abaixo acerca de avaliação estão corretas, exceto:

- a) pode-se definir avaliação em termos simples, afirmando que o termo compreende a avaliação dos resultados de um programa em relação aos objetivos propostos.
- b) avaliação é uma operação na qual é julgado o valor de uma iniciativa organizacional, a partir de um quadro referencial ou padrão comparativo previamente definido.
- c) a avaliação pode ser considerada como a operação de constatar a presença ou a quantidade de um valor desejado nos resultados de uma ação empreendida para obtê-lo, tendo como base um quadro referencial ou critérios de aceitabilidade pretendidos.
- d) o propósito da avaliação é determinar a pertinência e alcance dos objetivos, a eficiência, efetividade e impacto.
- e) a avaliação pode ser vista como parte do processo de tomada de decisão, em que o decisor busca informações sobre os produtos das políticas públicas passadas para que ele possa fundamentar suas decisões de manter ou alterar essas políticas baseando-se em sua intuição e seus valores.

36- Mintzberg (1995) propõe uma classificação dos Mecanismos de Coordenação de Políticas Públicas segundo a qual ela ocorreria por: a) ajustamento mútuo; b) supervisão direta; c) padronização dos processos; d) padronização dos resultados; e e) padronização das habilidades dos envolvidos na consecução das tarefas. No Brasil, a literatura de Políticas Públicas tem apontado cinco fatores como fundamentais para explicar a fragmentação das Políticas Públicas e a falta de Coordenação nos Programas e Políticas Públicas adotados pela União. Assinale a opção correta.

- a) i. liderança executiva presidencial; ii. coordenação delegada; iii. instâncias colegiadas de coordenação; iv. coordenação intraministerial e v. autocoordenação.
- b) i. liderança executiva presidencial (ou estadual); ii. coordenação delegada municipal; iii. instâncias colegiadas de coordenação nos estados e nos municípios; iv. Coordenação privada e v. autocoordenação.
- c) i. liderança executiva presidencial x liderança executiva dos Governadores; ii. coordenação delegada nos Conselhos Municipais; iii. instâncias colegiadas de coordenação; iv. coordenação secretarias estaduais e v. autocoordenação Municipal.
- d) i. liderança executiva presidencial x liderança executiva dos secretários estaduais; ii. coordenação delegada para os Estados; iii. instâncias colegiadas de coordenação; iv. coordenação intra-secretarias estaduais e v. autocoordenação estadual.
- e) i. liderança executiva presidencial x liderança executiva municipal; ii. coordenação delegada para Prefeitos; iii. instâncias colegiadas de coordenação nos Municípios (os conselhos); iv. coordenação intra-secretarias estaduais e v. autocoordenação municipal.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

37- Nas atribuições das políticas públicas de gestão encontram-se atividades que envolvem diversas unidades e funções, como o planejamento, o orçamento, tecnologia, recursos humanos, entre outras. Caracteriza-se, portanto, como um dos desafios permanentes das políticas públicas de gestão e, em grande medida, como a atividade responsável por definir o sucesso ou insucesso de iniciativas de gestão de maior amplitude, o processo de coordenação governamental. As afirmativas abaixo apresentam várias concepções de Coordenação de Políticas Públicas (Coordenação intragovernamental), exceto:

- a) entende-se por coordenação técnico-política um conjunto de mecanismos e procedimentos destinados a compor ou articular as decisões e ações do conjunto de entes governamentais – políticos e burocratas – de maneira a obter resultados concertados, intercomplementares e consistentes; ou seja: não-erráticos, não-superpostos e não-contraditórios, que expressem e façam sentido em um projeto de longo prazo.
- b) a coordenação é tanto um processo que requer instrumentos técnicos para assegurar a eficiência e a eficácia através de alienações indispensáveis para o alcance dos objetivos particulares de cada caso; como um processo inevitavelmente tenso e conflituoso, que requer mecanismos políticos para manejar razoavelmente bem esses conflitos. A mistura de ambos os aspectos, técnico e político, é que permite obter congruência cognitiva e congruência operacional ao redor das políticas públicas.
- c) a coordenação intragovernamental decorre, por sua vez, de uma espécie de engenharia institucional que, de responsabilidade dos administradores públicos e privados, deve promover a combinação adequada entre os requisitos democráticos, expectativas e participação da sociedade civil, e de eficiência, comandada pelo mercado.
- d) o processo formal conduzido dentro do aparelho do Estado mas que engloba ainda os componentes da consistência e da coerência, ou seja, a coordenação visa também a que os ocupantes dos diversos cargos do governo, independentemente de sua origem e de sua diversidade técnica ou política, compartilhem os objetivos do governo, e assim os mantém ao longo do tempo.

e) entende-se por Coordenação Intragovernamental um processo formal de gestão da formulação e da implementação de políticas públicas, executado por meio de mecanismos específicos, que promove o alinhamento de objetivos entre os atores políticos e a consecução técnico-administrativa dos objetivos acordados.

38- O modelo de Gestão por Resultados é uma das principais recomendações do receituário da Nova Gestão Pública. Isso decorre do argumento de ser este modelo apropriado a, simultaneamente, focar na efetividade ou no que de fato interessa ao cidadão e à sociedade. Entre as opções abaixo, assinale a afirmativa correta acerca de Gestão por Resultados.

- a) A Gestão por Resultados se caracteriza, na etapa de formulação da política pública, pela tradução dos objetivos em resultados e, na etapa de implementação das ações para atingi-los, pela predominância da orientação por resultados em substituição aos outros mecanismos de coordenação.
- b) A Gestão por Resultados se caracteriza pela ênfase na coordenação por supervisão direta e pela padronização de procedimentos.
- c) A Gestão por Resultados está focada nos produtos (*policy outputs*) do que os governos estão fazendo, de suas prioridades, e das demandas, dos interesses que estão sendo articulados e dos benefícios e dos objetivos inicialmente traçados em termos de produtos imaginados.
- d) Uma Gestão por Resultados trabalha voltada para o impacto das Políticas Públicas baseada nas perspectivas definidas originalmente pelos gestores.
- e) A Gestão por Resultados se assemelha ao Planejamento Estratégico no sentido que estabelece uma Missão, uma Visão e Valores a serem alcançados e trabalha com três variáveis.

39- Por Gestão por Resultados pode-se entender o ciclo que começa com o estabelecimento dos resultados desejados e retro-alimenta o sistema de gestão, propiciando ações corretivas decorrentes dessa avaliação. As afirmativas listadas a seguir são características integrantes do modelo de gestão por resultados, exceto:

- a) alinhamento de expectativas de forma clara e transparente, entre todos os agentes políticos, externos e internos, sobre quais são as diretrizes e os objetivos da organização, por meio da tradução destes em resultados e metas a serem atingidas, o que inclui a definição de indicadores para sua apuração.
- b) concessão de plena autonomia aos executores e implementadores das políticas públicas na busca do maior impacto possível de suas ações e políticas.
- c) contratualização ou Pactuação de resultados, metas, autonomias e sanções.
- d) avaliação dos resultados e retro-alimentação do sistema de gestão para eventuais correções de rota, constituindo assim uma ferramenta gerencial.
- e) fortalecimento de uma modalidade de relação principal – agente cujos principais são tanto os cidadãos em relação aos políticos, quanto estes em relação à burocracia – baseada no desempenho mensurado a partir de indicadores de resultados.

40- As afirmativas abaixo relacionadas à Gestão por Resultados estão corretas, exceto:

- a) a Gestão por Resultados prescreve o monitoramento e a avaliação do desempenho da organização ou da política pública a partir do alcance dos resultados buscados inicialmente expressos em termos objetivos.
- b) a contribuição esperada do modelo de Gestão por Resultados para o aumento da eficiência da administração pública é bastante clara, definida eficiência como a relação entre resultados e recursos utilizados.
- c) no modelo de Gestão por Resultados, a transparência dos objetivos, resultados e metas da organização diminuiria os problemas relacionados aos *déficits* de informação quanto aos fins e permitiria o compartilhamento e o engajamento coletivo em torno dos mesmos objetivos, o que favoreceria a racionalidade do sistema e da organização.

d) o modelo de Gestão por Resultados não permite um controle mais efetivo sobre o desempenho dos governos e sobre o desempenho dos burocratas, pelo cidadão e pelos demais *stakeholders* porque os objetivos muitas vezes não são quantificáveis e as metas serem subjetivas, variando de acordo com cada gestor.

e) modelo de Gestão por Resultados ao liberar os gerentes do excessivo controle burocrático, expresso em rotinas, e conceder-lhes algum grau de autonomia, ainda que limitado pelas normas e atribuição que o cargo estabelece, sobre a gestão dos recursos, pretende aumentar as possibilidades de adequação eficiente entre recursos, processos e metas.

---

## ECONOMIA

41- Conforme os princípios básicos da microeconomia, existem alguns pressupostos relacionados com as preferências do consumidor. Um desses pressupostos é que as preferências são transitivas. Podemos afirmar que a transitividade significa que:

- a) as preferências dos consumidores são independentes das comparações entre diferentes cestas de bens.
- b) a comparação entre três cestas de bens não pode ser realizada se elas não tiverem a mesma quantidade de bens.
- c) se uma cesta de bens A é preferida à cesta de bens B e se a cesta de bens B é preferida à cesta de bens C, então A somente será preferida à C se as curvas de indiferenças forem convexas em relação à origem.
- d) o consumidor somente poderá comparar três cestas de mercadorias se em seu conjunto de preferências houver quatro ou mais cestas de bens.
- e) se uma cesta de bens A é preferida à cesta de bens B e se a cesta de bens B é preferida à cesta de bens C, então A é preferida à C.

42- Um dos princípios básicos da microeconomia são as relações dadas pelas elasticidades. Considere uma função de demanda linear definida apenas no quadrante positivo (em que os preços e quantidades são positivos). Considere, ainda, que os preços estejam no eixo vertical e as quantidades no eixo horizontal. Suponha que a reta que representa a função demanda intercepta o eixo dos preços no ponto A e o eixo das quantidades no ponto C, e que exista um ponto intermediário entre esses dois pontos que denominaremos de B. Considere BA o segmento de reta entre os pontos B e A, BC o segmento de reta entre os pontos B e C e CA o segmento de reta entre os pontos C e A. Com base nessas informações, é correto afirmar que:

- a) a elasticidade preço da demanda no ponto B é igual a  $-(BC/CA)/BA$ .
- b) a elasticidade preço da demanda é igual nos pontos A e C.
- c) se a distância entre B e A e B e C forem iguais, então, no ponto B, o valor absoluto da elasticidade será igual a 1.
- d) por ser uma curva de demanda linear, a elasticidade preço da demanda é igual nos pontos A, B e C.
- e) no ponto B, a elasticidade preço da demanda é igual a  $-(BC/BA)/2$ .

43- Considerando os princípios básicos da microeconomia, temos como um dos pressupostos relacionados com as preferências do consumidor a seguinte definição:

"Dadas as cestas de bens  $(x_0, y_0)$  e  $(x_1, y_1)$ , sendo que  $x_0 \leq x_1$  e  $y_0 < y_1$ , então a cesta  $(x_1, y_1)$  é estritamente preferida à cesta  $(x_0, y_0)$ ."

Esse pressuposto refere-se à:

- a) monotonicidade forte.
- b) transitividade das preferências.
- c) reflexibilidade das preferências.
- d) existência de um ponto máximo na função utilidade.
- e) existência de saciedade por parte do consumidor.

44- Uma externalidade ocorre quando:

- a) o bem-estar de um consumidor é afetado pelas decisões de consumo de outro consumidor e que não se manifesta no sistema de preços.
- b) a produção ocorre acima do preço de equilíbrio.
- c) o bem-estar de um produtor é afetado pelas decisões dos consumidores.
- d) a produção está acima do seu nível ótimo.
- e) o bem-estar de um produtor é afetado por mudanças nos custos de produção que, apesar de se manifestarem no sistema de preços, reduz o seu lucro e bem-estar.

45- Os bens privados são:

- a) aqueles cujo consumo depende da oferta.
- b) são todos os bens e serviços ofertados em uma economia, em um determinado período de tempo.
- c) aqueles que são ofertados apenas em mercados em concorrência perfeita.
- d) aqueles cujo consumo por parte de um indivíduo não exclui o consumo por parte de outros indivíduos.
- e) aqueles cujo consumo é, ao mesmo tempo, rival e excludente e são providos de forma eficiente em mercados competitivos.

46- O problema do risco moral surge quando:

- a) o sistema de preços não consegue alocar os recursos de acordo com as preferências dos produtores.
- b) o problema de seleção adversa se manifesta em uma relação contratual.
- c) existe a impossibilidade, em uma relação contratual entre duas partes, de uma das partes não poder monitorar todas as ações tomadas pela outra parte.
- d) existe o problema de seleção adversa antes do estabelecimento de uma relação contratual, mesmo que o contrato ofereça todas as informações necessárias às decisões dos agentes.
- e) não existem custos de monitoração em uma relação contratual.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).



47- Considere os seguintes dados para uma economia hipotética, em um determinado período de tempo, em unidades monetárias:

Remuneração dos empregados: 861

Rendimento misto bruto: 201

Excedente operacional bruto: 755

Imposto sobre a produção e importação: 335

Subsídios à produção e importação: 4

Com base nesses dados e considerando as identidades macroeconômicas básicas, pode-se afirmar que o PIB desta economia foi de:

- a) 2.148
- b) 1.821
- c) 1.955
- d) 1.956
- e) 2.160

48- Considerando o sistema de contas nacionais, é correto afirmar que:

- a) a Renda Nacional Líquida é igual ao Excedente Operacional Bruto mais os impostos diretos e indiretos sobre os produtos e rendas nacionais e externas menos a depreciação.
- b) a Despesa Nacional Bruta é igual à formação bruta de capital menos o consumo final.
- c) o Produto Interno Bruto é igual à despesa de consumo final mais a formação bruta de capital fixo mais a variação de estoques mais o saldo da balança comercial.
- d) o Produto Interno Bruto é igual ao valor da produção mais o consumo intermediário menos os impostos não incluídos no valor da produção.
- e) a Renda Nacional Disponível Bruta é igual à Renda Nacional Bruta mais os impostos correntes sobre a renda e o patrimônio líquidos, recebidos do exterior, mais as contribuições e benefícios sociais e outras transferências correntes líquidas, recebidas do exterior.

49- Em relação à política monetária, é incorreto afirmar que:

- a) tudo mais constante e considerando que o multiplicador monetário é maior do que um, as compras de títulos pelo Banco Central elevam os Meios de Pagamentos.
- b) considerando o balancete do Banco Central, a Base Monetária pode ser alterada a partir das denominadas “operações ativas” do Banco Central.
- c) tudo mais constante, quanto maior for o coeficiente “(encaixes totais dos bancos comerciais)/(depósitos à vista realizados nos bancos comerciais)”, menor serão os Meios de Pagamentos.
- d) o Banco Central possui total controle sobre o multiplicador monetário por poder exercer influência plena sobre os denominados “coeficientes de comportamento monetário”.
- e) se o multiplicador monetário é maior do que um, então o agregado monetário M1 será necessariamente maior do que a Base Monetária.

50- Em relação ao modelo de oferta e demanda agregada, é correto afirmar que:

- a) a curva de demanda agregada é equivalente à curva de demanda definida pela análise microeconômica, ou seja, ela pode ser determinada a partir do processo de maximização da função utilidade sujeita a uma restrição orçamentária.
- b) a curva de oferta agregada de curto prazo é equivalente à curva de oferta definida pela análise microeconômica, ou seja, trata-se da curva de custo marginal acima da curva de custo médio mínimo.
- c) é possível derivar a curva de demanda agregada a partir do modelo IS/LM.
- d) se os preços da economia são rígidos, as curvas de oferta e demanda agregadas, de curto e de longo prazo, possuirão a mesma inclinação.
- e) um aumento dos gastos do governo desloca a curva de oferta agregada de longo prazo no sentido de elevar a renda da economia.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

51- Segundo o ganhador do Prêmio Nobel de Economia Douglass North, instituições são restrições que estruturam a interação entre pessoas. Assim, podemos afirmar que:

- a) não há qualquer relação entre a qualidade das instituições e a riqueza de um país.
- b) a liberdade econômica, entendida como liberdade comercial, liberdade para se abrir novos negócios e do cumprimento de contratos, entre outras coisas, deve ser tratada dentro dos modelos econômicos e não pode ser confundida com o termo “Instituição”.
- c) o nível de educação da população de um país é condição suficiente para promover o seu desenvolvimento.
- d) boas entidades geram incentivos corretos e impulsionam o crescimento de uma nação.
- e) a liberdade civil exclui os direitos políticos, pois se trata da relação entre indivíduos.

52- A implantação da URV (Unidade Real de Valor), na fase inicial do Plano Real:

- a) representou a plena desindexação dos preços na economia brasileira.
- b) representou uma medida de desequilíbrio dos preços relativos.
- c) buscava a neutralidade distributiva.
- d) buscou converter os salários pelo “pisão”, como forma de conter a inflação de custos.
- e) significou a criação de uma moeda física com a capacidade de não ter seu valor de face deteriorado pela inflação.

53- O Brasil, no momento em que a crise mundial de 1929 foi deflagrada, apresentava-se

- a) com uma conjuntura favorável a novos investimentos em virtude das políticas do Governo Federal de sustentação do preço do café.
- b) com disponibilidade de crédito externo para financiar suas exportações.
- c) numa posição privilegiada em relação ao resto do mundo por ser um país primário exportador.
- d) com uma economia já estagnada em virtude do estancamento das exportações de café.
- e) numa situação confortável devido ao seu alto nível de reservas internacionais.

54- Os economistas neoclássicos argumentavam, naquele momento, que o controle da inflação brasileira nos anos 1980 se daria por meio da redução da demanda. Contudo, outros modelos tentaram explicar o comportamento dos preços no País, entre os quais podemos destacar:

- a) o reduzido grau de monopólio e oligopólios da estrutura econômica brasileira.
- b) a redução da periodicidade dos reajustes salariais.
- c) a baixa pressão dos preços agrícolas.
- d) a valorização cambial.
- e) o reduzido grau de indexação dos preços da economia brasileira.

55- O I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República – I PND/NR, do Governo Sarney, tinha como princípio original a reforma e o crescimento econômicos e o combate à pobreza. Mas a conjuntura do momento exigia algumas ações paralelas, tais como:

- a) redução da taxa de juros interna e enfrentamento da dívida externa.
- b) estatização do conjunto da economia de modo a torná-la mais eficiente.
- c) ampliação do mercado para a indústria doméstica por meio da imposição de barreiras à entrada de bens importados, principalmente os bens de capital.
- d) unificação das taxas de juros internas.
- e) redução do salário médio da economia como forma de controlar o gasto excessivo das famílias.

56- Até meados dos anos 1980, o Banco do Brasil funcionava como agente do Tesouro Nacional, efetuando gastos tipicamente fiscais a partir da determinação do Ministério da Fazenda. Em relação a essa condição do Banco do Brasil, pode-se afirmar que:

- a) os gastos fiscais do Banco do Brasil eram aprovados pelo Congresso Nacional.
- b) os gastos fiscais do Banco do Brasil eram financiados com emissão de moeda sem a prévia autorização do Banco Central.
- c) a participação do Banco do Brasil como Autoridade Monetária harmonizava as competências entre as autoridades fiscal e monetária.
- d) o Banco do Brasil era de fato o órgão que representava todos os interesses e obrigações do Tesouro Nacional.
- e) os ativos do Tesouro Nacional eram administrados pelo Banco do Brasil enquanto os passivos eram administrados pelo Banco Central.

57- Após a implementação do Plano Real, o Governo Federal desenvolveu um conjunto de ações que foram além da criação da nova moeda denotada por "Real". Entre essas ações, destacamos a renegociação da dívida externa e suspensão da moratória, em que uma das características foi:

- a) ausência de desconto do montante da dívida.
- b) reescalonamento da dívida por 14 anos.
- c) ausência de carência.
- d) manutenção das dívidas antigas e não emissão de dívidas novas.
- e) o não compromisso de pagar imediatamente os juros. Estes seriam pagos somente com a parcela do principal após a vigência do período de carência.

58- Em relação à chamada crise do *subprime* de 2008, no que diz respeito à economia brasileira, é incorreto afirmar que:

- a) os impactos sobre a produção doméstica foram ampliados devido ao pessimismo do mercado financeiro internacional em relação à economia brasileira.
- b) o País encontrava-se com elevada taxa de juros e alta carga tributária, em relação à média dos países capitalistas, e isso amorteceu o impacto da crise na economia nacional.
- c) já no início do ano de 2009, o País teve aumento no saldo líquido da conta "Movimento de Capitais" do Balanço de Pagamentos.
- d) os setores mais atingidos foram aqueles voltados para o mercado externo.
- e) a crise teve pouco efeito sobre a economia doméstica quando comparada aos países mais desenvolvidos como, por exemplo, Japão e Estados Unidos.

59- O Plano Brasil Maior expressa a política industrial do governo Dilma Rousseff. A proposta do Plano está organizada na forma de ações voltadas para o aumento da eficiência produtiva da economia como um todo, conjugadas com ações setoriais. Não faz parte das medidas propostas:

- a) a desoneração dos investimentos e das importações.
- b) a ampliação e simplificação do financiamento para investimento e exportações.
- c) o aumento da carga tributária para produtos voltados para o mercado externo como forma de financiar os investimentos internos.
- d) a ampliação dos recursos para inovação.

e) o incentivo à criação de valor e de novas tecnologias nas cadeias produtivas.

60- Nos três primeiros anos do governo Lula, pôde-se observar uma sobrevalorização da moeda doméstica frente ao Dólar. Esse comportamento da moeda Real pode ser explicado, em parte:

- a) pela redução da taxa de juros interna.
- b) pelo recrudescimento da inflação devido ao aumento de preços de bens importados.
- c) pelos déficits acumulados na conta Transações Correntes do Balanço de Pagamentos.
- d) pela redução drástica da dívida mobiliária federal observada no mesmo período.
- e) pelos superávits da Balança Comercial brasileira e os investimentos diretos externos.

---

## CIÊNCIA POLÍTICA

61- O conceito de Democracia é central na teoria e na prática política. Os seguintes enunciados referem-se a essa noção. Assinale a opção correta.

- a) A adoção de sistemas de representação permite que os representados participem diretamente dos processos decisórios.
- b) A democracia contemporânea herdou da democracia grega a mediação política, os processos eleitorais e as instituições parlamentares como representantes dos eleitores.
- c) O regime democrático, como entendido no mundo ocidental contemporâneo e pelas principais correntes teóricas da Ciência Política, afastou-se, sob muitos aspectos de forma irreconciliável, do sentido em que o termo era originalmente empregado na Grécia antiga.
- d) A construção da democracia só é possível mediante um processo de educação política conduzida pela elite política, como sustentaram, no século passado, os governos militares latino-americanos.
- e) Para os gregos, o sufrágio pelo sorteio é da natureza da democracia; enquanto o sufrágio pela escolha é da natureza da aristocracia.

62- Até o início do século XX, os Estados que atualmente contam com administração gerencial de um modo geral seguiam um modelo patrimonial de administração, caracterizado, principalmente, pela inexistência de separação nítida entre patrimônio público e patrimônio privado. Os seguintes enunciados foram elaborados tendo por referência o quadro teórico weberiano e a realidade brasileira.

- I. O conceito de “patrimonialismo” foi elaborado por Weber e se refere à forma de dominação tradicional, baseada nas tradições, tornando-se legítima a partir dela.
- II. Para Weber, toda dominação tradicional tende ao patrimonialismo. Historicamente, no Brasil inclusive, esse tipo de dominação foi gradualmente substituído pelo modelo burocrático. No Brasil, isso ocorreu mais claramente a partir da década de 1930.
- III. No que se refere ao exercício do poder e sua legitimidade, sob o modelo burocrático, a administração pública assume uma forma racional-legal de dominação, conforme Weber. Nesse contexto, a dominação se legitima por meio da crença em regras e normas.

Considerando os enunciados acima, assinale a opção correta.

- a) todos estão corretos.
- b) apenas I está correto.
- c) apenas II está correto.
- d) apenas III está correto.
- e) todos estão incorretos.

63- A noção de *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social) é geralmente identificada com as políticas econômicas implementadas por governos social-democratas europeus ocidentais e democratas (nos EUA a partir do *New Deal*), embora algumas formulações teóricas a respeito sejam encontradas antes disso. De um modo geral, objetivavam proporcionar aos cidadãos padrões de vida mínimos, por meio de políticas fiscais, sociais e de redução das desigualdades econômicas. Políticas dessa natureza também têm sido implementadas no Brasil. Os enunciados a seguir referem-se a isso. Assinale a opção correta.

- a) O aumento da expectativa de vida da população gerou um desequilíbrio estrutural nos sistemas de seguridade social – processo denominado de crise fiscal – que levou ao colapso dos Estados de Bem-Estar Social.

b) Após a Revolução de 1930, o governo federal tomou uma série de medidas de caráter social. Estas, entretanto, não podem ser classificadas como componentes de um Estado de Bem-Estar Social porque não beneficiavam a população rural.

c) A adoção de políticas que caracterizam um Estado de Bem-Estar Social foi tardia em relação a países como Estados Unidos e Alemanha porque a natureza agroexportadora da economia brasileira foi empregada como justificativa ideológica para a suposta impossibilidade de implantação de um Estado de Bem-Estar Social no País.

d) A seguridade social pública, uma das características essenciais dos Estados de Bem-Estar Social, foi ampliada gradualmente no Brasil ao longo do século XX.

e) A adoção de políticas características dos Estados de Bem-Estar Social historicamente ocorreu em períodos de expansão da produção industrial e da ampliação das receitas tributárias dos governos centrais.

64- O economista *John Maynard Keynes* defendia a superioridade dos sistemas políticos democrático-liberais sobre o liberalismo econômico clássico, o socialismo e o fascismo afirmando que apenas nos primeiros era possível combinar o máximo de eficiência econômica com a promoção de justiça social e a vigência das liberdades individuais. Os enunciados a seguir referem-se às características dessas correntes ideológicas. Assinale a opção correta.

a) O liberalismo político clássico prega a ação do Estado na promoção da justiça social sempre que esta for previamente submetida à expressa e prévia aprovação da sociedade por defender a primazia das liberdades individuais sobre as políticas sociais.

b) Tanto o nazismo quanto o fascismo não podem ser comparados aos sistemas políticos democráticos-liberais porque, além de suprimirem as liberdades individuais, foram incapazes de eliminar o desemprego e de promover políticas sociais redistributivas.

c) O comunismo, ao centralizar o planejamento econômico e estatizar a produção econômica, revelou-se mais eficiente economicamente e mais capaz de promover a justiça social que o capitalismo, mas sucumbiu devido à sua incapacidade de conviver com as liberdades individuais.

- d) A situação que mais se aproxima dos sistemas políticos democrático-liberais, tal como indicado no enunciado desta questão, é a que corresponde à existente nos países ocidentais na segunda metade do século XX.
- e) Os programas de governo propostos por partidos socialistas são incompatíveis com os sistemas democrático-liberais porque, ao promoverem estatizações e intervenções nas relações econômicas privadas, impedem o livre funcionamento dos mercados e tolhem as liberdades individuais.

65-A questão do tamanho da Administração Pública Federal é um tema recorrente no debate político e econômico brasileiro. Uma avaliação adequada da questão supõe a existência de dados que deem suporte à análise. Os enunciados abaixo referem-se a essa questão e foram elaborados a partir dos resultados de pesquisa de 2008, em parceria entre o Ipea e a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Assinale a opção correta.

- a) A contratação de pessoal no setor público brasileiro, durante a primeira década deste século XXI, foi explosiva e superou o estoque e percentual de servidores ativos existentes em meados da década de 1990.
- b) Cerca de 155 mil novos servidores foram admitidos entre 2003 e 2010. Apesar disso, o número de servidores ativos civis em 2010 ainda era menor que no início da década de 1990, entre outros fatores, pelo fato de que houve três momentos de aposentadoria em grandes contingentes.
- c) Durante a primeira década do século XXI, não houve uma recomposição das carreiras de estado em áreas como advocacia pública, arrecadação e finanças, controle administrativo, planejamento e regulação. Os concursos públicos fizeram com que o número de servidores civis ativos federais superasse o patamar dos 700 mil, na primeira metade dos anos 1990, superando, também, o número dos que se aposentaram anualmente desde então.
- d) Os gastos com pessoal na esfera federal, decorrentes dos concursos realizados durante a primeira década do século XXI, representaram um aumento de cerca de 10 pontos percentuais no percentual das despesas com pessoal em relação à arrecadação do governo federal.

- e) O fato de que funções de estado devem ser exercidas por servidores públicos faz com que o número de servidores federais corresponda a cerca de 6% do total de vínculos trabalhistas existentes no país e exista uma relação de 1 (um) servidor público federal para cada 5 (cinco) empregados na iniciativa privada.

66-A adoção de um sistema federativo por um país, como o Brasil, envolve uma série de questões relativas à coordenação das ações estatais. Os seguintes enunciados referem-se a esse fato. Assinale a opção correta em relação à realidade brasileira.

- a) Desde a redemocratização, a Federação permaneceu imutável.
- b) A ampliação das políticas sociais executadas desde a redemocratização ocorreu sem conflitos distributivos ou de coordenação porque a Constituição de 1988 define claramente as atribuições da União e dos entes federativos.
- c) Desde a entrada em vigor da Constituição de 1988, houve um aumento das demandas por parte de entes federados e de segmentos sociais que colocam em questão a distribuição das atribuições entre a União e esses entes federados.
- d) A experiência internacional – e a história recente do Brasil – indicam que os sistemas federativos são menos capazes que os sistemas unitários de conter as tendências à fragmentação dos estados nacionais quando surgem pressões distributivas.
- e) A adoção de sistemas federativos é decorrência da incapacidade de estabelecer um pacto nacional que resulte num estado unitário. Já os sistemas unitários são, por definição, um arranjo resultante de um pacto entre os diversos segmentos que constituem uma nação.

67- De acordo com a Constituição Federal de 1988, são órgãos do Poder Judiciário:

- I. o Supremo Tribunal Federal;
- I-A. o Conselho Nacional de Justiça;
- II. o Superior Tribunal de Justiça;
- III. os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais;
- IV. os Tribunais e Juízes do Trabalho;
- V. os Tribunais e Juízes Eleitorais;
- VI. os Tribunais e Juízes Militares;
- VII. os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

Os enunciados a seguir referem-se às atribuições desses órgãos. Assinale a opção incorreta.

- a) O Supremo Tribunal Federal é o órgão de cúpula do Poder Judiciário. A ele compete, principalmente, a guarda da Constituição, conforme definido na Constituição Federal.
- b) Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, entre outras atribuições.
- c) O Superior Tribunal de Justiça é a corte responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil. É a última instância da Justiça brasileira para as causas infraconstitucionais, não relacionadas diretamente à Constituição, entre outras atribuições.
- d) A Justiça Federal brasileira tem por competência o julgamento de ações nas quais a União Federal, suas autarquias, fundações e empresas públicas federais figurem na condição de autoras ou rés e outras questões de interesse da Federação previstas na Constituição Federal.
- e) As decisões dos Tribunais Superiores Militar, Eleitoral e do Trabalho são finais, não cabendo recurso em hipótese alguma para o STF.

68- O processo democrático brasileiro, desde 1985, não foi isento de percalços. As opções a seguir referem-se a esse processo. Assinale a opção incorreta.

- a) Suspensão das atividades parlamentares por decisão do Poder Executivo.
- b) Posse de um vice-presidente, sem que o candidato eleito presidente tivesse tomado posse.
- c) Afastamento pelo Congresso Nacional de um presidente eleito em eleições diretas.
- d) Alteração da Constituição com o objetivo de permitir a reeleição para cargos executivos, decisão válida para aqueles que já se encontravam no cargo.

e) Realização de plebiscito sobre forma e sistema de governo.

69- A administração pública deve construir um modelo de gestão capaz de tornar o Estado mais aberto às necessidades dos cidadãos, que responda ao interesse público e seja eficiente na coordenação da economia e dos serviços públicos. No Brasil, o gerencialismo e a gestão social são duas vertentes que se têm desenvolvido de forma paralela e em disputa visando alcançar esses objetivos. Em relação aos principais aspectos que diferenciam essas vertentes, assinale a opção correta.

- a) A origem do gerencialismo data de 1980 e a gestão social originou-se no início do século XXI.
- b) O gerencialismo focaliza as ações do Estado no nível Central e a gestão social focaliza as ações do Estado no nível local.
- c) O gerencialismo foca-se exclusivamente na dimensão administrativa e a gestão social na dimensão política.
- d) No gerencialismo a participação é exercida em conselhos estruturados para esse fim e na gestão social a participação é exercida pelos cidadãos de forma livre e espontânea.
- e) O gerencialismo tem objetivos claros, concentrando a formulação e avaliação das políticas públicas no núcleo estratégico do Estado, enquanto na gestão social há uma focalização na organização local de experiências alternativas de gestão.

70- O controle dos governantes é uma das exigências normativas para o funcionamento da democracia representativa e de sua burocracia pública. De quem é a responsabilidade por exercer esse controle? Assinale a opção correta.

- a) O controle é exercido pelos cidadãos por meio do processo eleitoral.
- b) O controle é exercido pelos cidadãos por meio do voto e do controle social e pela fiscalização mútua entre poderes.
- c) O controle é exercido pelos cidadãos por meio do processo eleitoral e do controle social.
- d) O controle é feito por instituições públicas criadas para cumprir essa função.
- e) O controle é feito por meio de audiências públicas programadas para tal fim.



**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** *É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).*



Escola de Administração Fazendária  
[www.esaf.fazenda.gov.br](http://www.esaf.fazenda.gov.br)